



## DECRETO N.º /XIV

### **Regime jurídico aplicável à doação de géneros alimentares para fins de solidariedade social e medidas tendentes ao combate ao desperdício alimentar**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea *d*) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

#### **Artigo 1.º**

##### **Objeto**

A presente lei aprova o regime jurídico aplicável à doação de géneros alimentícios para fins de solidariedade social e medidas tendentes ao combate ao desperdício alimentar.

#### **Artigo 2.º**

##### **Definições**

Para efeitos da presente **lei** entende-se por:

- a)** «Destinatários finais», quaisquer pessoas singulares, famílias, agregados familiares ou agrupamentos de pessoas singulares, em situação de incapacidade económica e que sejam elegíveis para receber os produtos alimentares distribuídos ao abrigo da presente **lei**;

- b) «Géneros alimentícios», qualquer substância ou produto, transformado, parcialmente transformado ou não transformado, destinado a ser ingerido pelo ser humano ou com razoáveis probabilidades de o ser, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2002;
- c) «Empresas do setor agroalimentar», todas as empresas que se dediquem a uma atividade relacionada com qualquer das fases da produção, transformação, armazenagem, distribuição ou comércio a retalho de géneros alimentícios;
- d) «Operadores», todas as entidades autorizadas a receber, transportar, e entregar aos destinatários finais os géneros alimentícios, designadamente:
- i) Organizações promotoras de voluntariado, conforme definidas no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, sobre as bases do enquadramento jurídico do voluntariado;
  - ii) Instituições particulares de solidariedade social, conforme definidas no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro;
  - iii) Organizações não-governamentais, enquanto associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, a conservação da natureza, bem como as associações vocacionadas para a intervenção na cooperação para o desenvolvimento, no voluntariado e na ajuda humanitária.

### **Artigo 3.º**

#### **Prevenção do desperdício alimentar**

- 1 – É dever do Estado contribuir para a redução do desperdício alimentar, sensibilizando, capacitando e mobilizando produtores, processadores, distribuidores, consumidores e as associações para esse efeito.
- 2 – Em cumprimento do disposto no número anterior, deverá ser integrada nos programas escolares uma componente de educação para a sustentabilidade, que assegure a sensibilização para a importância:
- a) De erradicação da fome;
  - b) Da redução do desperdício alimentar;
  - c) Da gestão eficiente dos recursos naturais;
  - d) Da prevenção da produção de resíduos biodegradáveis;
  - e) Da redução da emissão de gases com efeito de estufa.

### **Artigo 4.º**

#### **Metas nacionais de redução do desperdício alimentar**

Tendo em vista o cumprimento dos compromissos constantes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas e da Diretiva (UE) 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2018, o Estado fica vinculado a adotar todas as diligências necessárias para alcançar as metas de redução do desperdício de alimentos previstas nas alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 21.º do Regime Geral da Gestão de Resíduos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro.

## Artigo 5.º

### Doação de produtos alimentares

- 1 – As empresas do setor **agroalimentar**, identificadas no artigo 23.º do Regime Geral da Gestão de Resíduos, no cumprimento das suas obrigações de combate ao desperdício alimentar e sem prejuízo do cumprimento do disposto na legislação em matéria de segurança alimentar, podem remeter o excedente dos géneros alimentícios ainda próprios para consumo aos operadores identificados na alínea **d)** do artigo 2.º, com vista à sua distribuição pelos destinatários finais identificados na alínea **a)** **do mesmo** artigo.
- 2 – Nenhuma disposição contratual pode impedir ou limitar a doação de géneros alimentícios por uma empresa do setor **agroalimentar** aos operadores identificados na alínea **a)** do artigo 2.º.
- 3 – Para concretização do disposto no **n.º 1**, as empresas **agroalimentares** podem celebrar protocolos com os operadores, onde sejam definidos os termos e condições em que a doação de géneros alimentícios se concretiza, que **devem** ser enviados pelas entidades celebrantes para a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica **(ASAE)** e para a Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar **(CNCDA)**.
- 4 – As empresas do setor **agroalimentar** referidas no **n.º 1** e os operadores referidos no **n.º 3** devem cumprir os requisitos de higiene e segurança alimentar estabelecidos na legislação aplicável.

## Artigo 6.º

### Deveres das empresas do setor agroalimentar

- 1 – As empresas do setor agroalimentar referidas no n.º 1 do artigo anterior que tenham um volume de negócios anual superior a 50 000 000 € ou que empreguem 250 ou mais pessoas são obrigadas a doar os géneros alimentícios que, não sendo suscetíveis de prejudicar a saúde do consumidor, tenham perdido a sua condição de comercialização, desde que existam operadores disponíveis para a sua receção no concelho onde se localize ou em concelho confinante.
- 2 – Para concretização do disposto no número anterior, as empresas aí referidas devem celebrar protocolos com os operadores, nos termos do n.º 3 do artigo anterior e obedecer ao disposto no n.º 4 do mesmo artigo.

## Artigo 7.º

### Registo Nacional de Operadores

- 1 – É criado o Registo Nacional de Operadores, com carácter público e gratuito, que funciona junto da CNCDA.
- 2 – Os operadores identificados na alínea d) do artigo 2.º que, ao abrigo da presente lei, pretendam receber, transportar e entregar géneros alimentícios aos destinatários finais referidos na alínea c) do artigo 2.º, devem inscrever-se no Registo Nacional de Operadores, através de uma secção específica para o efeito constante do portal na Internet da CNCDA.

**Artigo 8.º**  
**Sistema de incentivos**

O Governo cria um sistema de incentivos para:

- a) Assegurar a adaptação das empresas do setor agroalimentar ao cumprimento do previsto no artigo 6.º e aumentar a sua eficiência na utilização dos recursos;
- b) Apoiar os operadores que distribuem alimentos doados;
- c) Promover uma rede de conhecimento através da disponibilização de informação relativa as doações de alimentos bem como os regulamentos de segurança alimentar;
- d) Prestar informação e ações de sensibilização para a redução do desperdício alimentar junto dos consumidores.

**Artigo 9.º**  
**Planos municipais de combate ao desperdício alimentar**

- 1 – Compete à câmara municipal elaborar e executar um plano municipal de combate ao desperdício alimentar, que concretize no âmbito municipal o disposto na Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar e no n.º 6 do artigo 23.º do Regime Geral da Gestão de Resíduos.
- 2 – Compete à assembleia municipal aprovar o plano municipal referido no número anterior, após parecer da CNCDA e do conselho local de ação social.

## **Artigo 10.º**

### **Fiscalização**

- 1 – Sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades, compete à **ASAE** fiscalizar o cumprimento do disposto na presente lei, bem como instruir os respetivos processos de contraordenação.
- 2 – Compete ao Inspetor-Geral da ASAE a aplicação das coimas e sanções acessórias previstas nos termos do Regime Jurídico das Contraordenações Económicas (RJCE), aprovado **em anexo** ao Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro.

## **Artigo 11.º**

### **Contraordenações**

- 1 – Constitui contraordenação económica leve, punível nos termos do RJCE, o incumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º.
- 2 – Constitui contraordenação económica grave, punível nos termos do RJCE, a venda dos géneros alimentícios doados por parte das entidades recetoras.

## **Artigo 12.º**

### **Sanções acessórias**

Sempre que a gravidade da contraordenação e a culpa do agente o justifique, pode a autoridade competente, simultaneamente com a coima, determinar a aplicação de sanções acessórias, nos termos do RJCE.

**Artigo 13.º**  
**Produto das coimas**

O produto das coimas aplicadas pela prática das contraordenações económicas previstas no artigo 11.º é repartido nos termos do RJCE.

**Artigo 14.º**  
**Avaliação periódica**

A cada dois anos, o Governo e a **CNCDA** elaboram e apresentam à Assembleia da República relatórios sobre o impacto da presente lei no combate ao desperdício alimentar, incluindo eventuais sugestões para o seu aperfeiçoamento.

**Artigo 15.º**  
**Regulamentação**

**O Governo regulamenta a presente lei no prazo de 60 dias após a sua publicação.**



**Artigo 16.º**  
**Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor com o Orçamento do Estado subsequente à sua publicação.

Aprovado em 22 de julho de 2021

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA,

(Eduardo Ferro Rodrigues)